

### Juruna: valeu a pena?

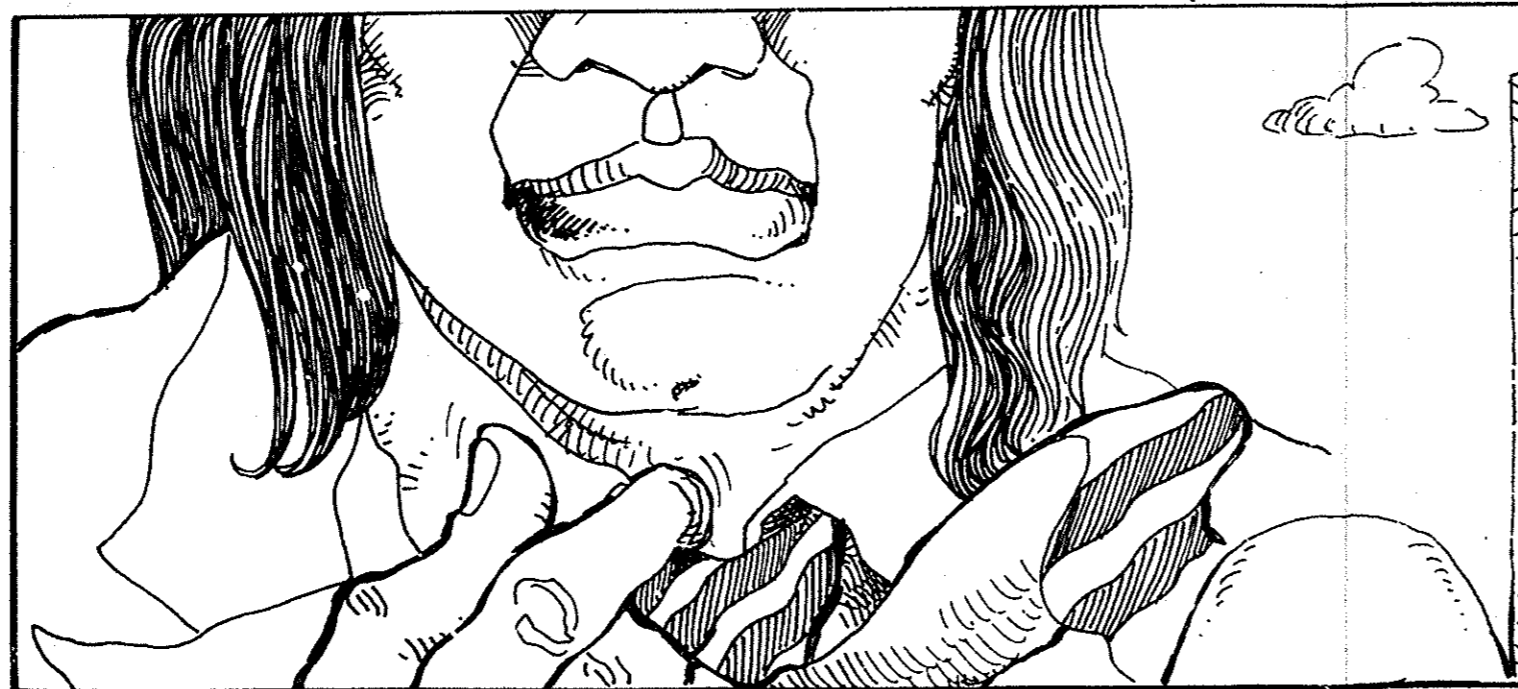
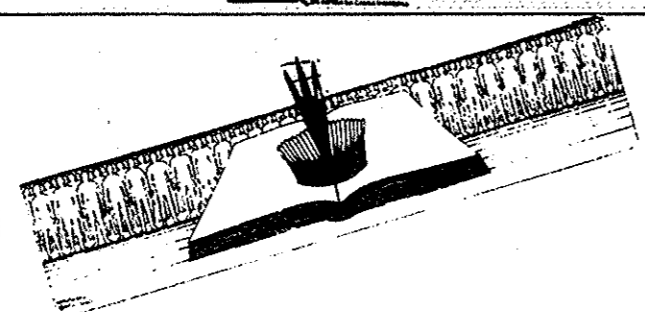
Em recente entrevista ao jornal Correio Braziliense Mário Juruna, eleito deputado federal em 1982 com 31.905 votos e derrotado agora com 11.000 votos, perdendo o mandato — queixou-se amargamente da violência cultural que sofreu na Câmara Federal.

“Achei aquilo muito errado, muito injusto... Achei muito violento. Eu sou daqui, não sou estrangeiro. Infelizmente eu tenho cultura diferente. Eu não podia usar gravata e terno... Branco não compreende que tradição de índio é uma riqueza. A Câmara não reconheceu isto. Eu tive que usar terno contra minha vontade. Mas eu protestei. Chamei a atenção da Câmara pra permitir o direito do índio de falar com a sua língua. Se estrangeiro vem pro Brasil, ele vai falar sua língua. Por que não proibir estrangeiro de falar a língua dele? E por que Câmara brasileira não permitiu que eu falasse minha língua? Eu sou daqui”.

O depoimento de Juruna confirma muitos tópicos levantados num debate organizado pelo PORANTIM (ver n.º 45), quatro anos atrás, onde reuniu numa mesa-redonda o antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira, o advogado José Geraldo de Souza e o então secretário do Cimi, Paulo Suess.

No seu depoimento final, o secretário declarou, com palavras quase idênticas às do Juruna de hoje: “O discurso democrático é poluído por uma prática autoritária. Existe uma contradição fundamental, que é o fato desta democracia só funcionar na base de uma sólida massa eleitoral. Aqui entra o problema da marginalidade. Como os marginais, as minorias, se fazem representar nesta democracia, nesta sociedade? Será que isto não é uma utopia? Outra contradição está na diferença de níveis culturais. Alguém tem que se deslocar da sua aldeia para entrar nesta luta democrática em busca de votos (de uma outra classe), mas esta luta se dá em outro nível cultural. Esse alguém, o índio, tem que aprender todo o instrumental desta sociedade para se fazer ouvir de uma tribuna onde se escuta pouco. É um processo violento de integração: na verdade, de desintegração de sua cultura. Vale a pena?”

A democracia que funciona com a base nos votos da maioria sempre vai ao desencontro destes 0,18% indígenas desta sociedade. Com votos emprestados não mudará a política indigenista. A via parlamentar, em defesa dos povos indígenas, nunca será a via principal de sua defesa. A causa indígena só é viável se os famintos deste País se juntarem aos desprezados num projeto popular para mudar todo o rumo da história. Quem luta, pode perder. Quem não luta, já perdeu.



### AValiação

## Das derrotas, novas lições

Ainda não foi publicado até o momento, o total dos boletins com a votação de cada candidato, porém, Ailton Krenak, coordenador nacional da União das Nações Indígenas (UNI) fez algumas considerações ao PORANTIM a respeito da primeira intervenção político-institucional pelo Movimento Indígena nas eleições do último dia 15 de novembro.

Para o coordenador, a avaliação da participação dos candidatos indígenas não pode se limitar aos que saíram pelo Movimento junto ao Partido dos Trabalhadores (PT), mas tem que se estender às candidaturas indígenas que se viabilizaram pelas legendas do Partido Democrático Trabalhista (PDT) e Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) com resultados também desastrosos.

No entender de Ailton, o desempenho das candidaturas em algumas regiões foi marcado pela questão de interesses que se opõem diretamente aos direitos da população indígena, redundando em atritos com a população regional e, conseqüentemente, desta com a candidatura de um índio. Nesse caso, acrescenta, a questão independeu de qual foi o candidato ou de qual do. O índio poderia ser sim-

pático ao branco e até sair por partido governista e mesmo assim representar um risco para essa faixa de interesses. Isso se deu, segundo Ailton, em Roraima, Amazonas e Mato Grosso onde inclusive, a legenda pela qual saiu o candidato indígena perdeu votos para os cargos majoritários.

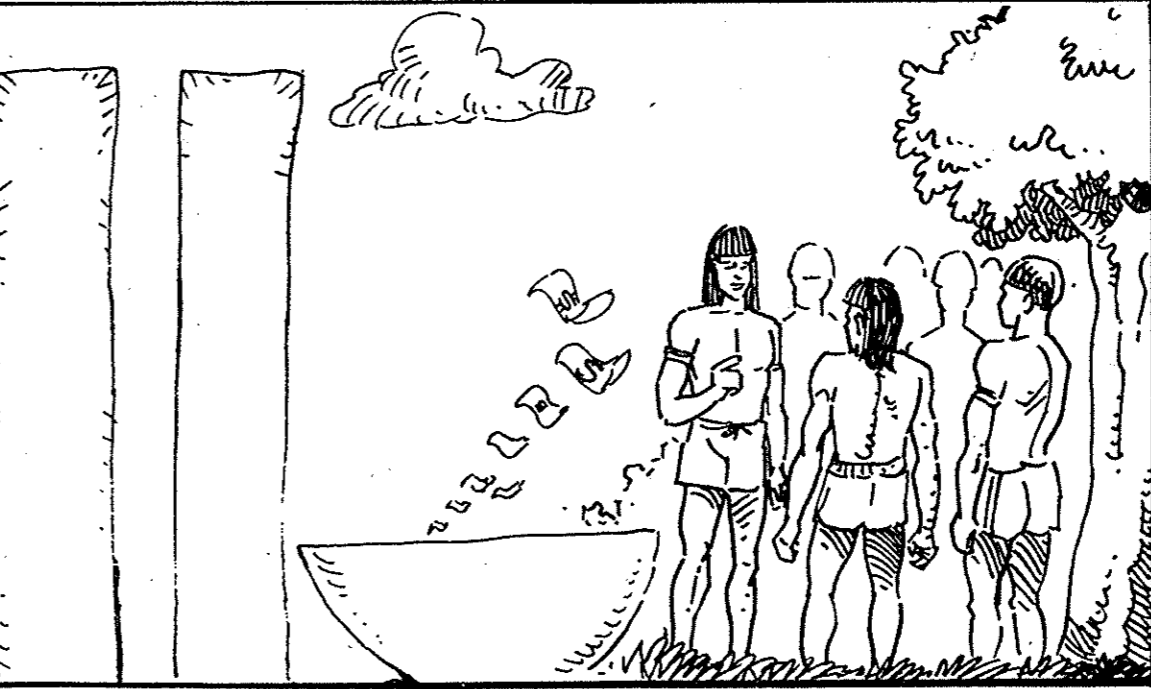
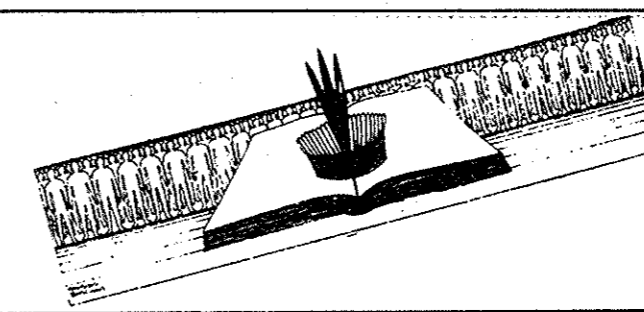
“O mesmo não ocorreu, por exemplo, em Brasília, São Paulo ou no Rio de Janeiro onde os interesses são muito difusos e não há choques diretos. Nesses estados a candidatura indígena conta de saída com a mística do bom selvagem, da proteção do meio ambiente etc., que não resiste de jeito nenhum com a realidade do sertão onde a estrutura fundiária é determinante no jogo das eleições e do poder”.

Ailton aponta também as principais dificuldades das candidaturas do Acre, Roraima e Amazônia, que resultaram de entendimentos da coordenação Nacional da UNI com a Direção Nacional do PT. Para começar, esclarece, “tínhamos a dificuldade de implantação do Partido dos Trabalhadores nessas regiões paralela à estrutura do PMDB e PFL que lançaram candidatos a todos os níveis com recursos imensos atingindo inclusive as comunidades indígenas

com uma campanha agressiva. Houve dificuldades ainda, continua, quanto à articulação das candidaturas com as direções regionais do PT que chegaram a contestar o acordo do PT — Nacional com a UNI.

O estado de desânimo em que se encontram os candidatos indígenas derrotados, para Ailton, se deve ao que chama o “fenômeno Juruna — que saiu candidato pelo PDT em 1982 sem dinheiro, sem cabo eleitoral, sem viaturas, sem campanha e se elegeu deputado federal”. Isso, a ser ver, significou certa simplificação por parte dos candidatos de 1986 do que é uma campanha, diz ainda que se tivessem conhecimento real, muitos não teriam saído como candidatos. O coordenador da UNI acha que após essa fase de desânimo é provável que fique uma lição “política não é brincadeira, é um espaço onde se dá a luta pelo poder mesmo. Creio que mesmo o Juruna nunca aprendeu tanto quanto com a derrota dessas eleições”.

Uma reunião com todos os candidatos indígenas será chamada pela UNI, ainda no primeiro trimestre de 1987 para avaliação das eleições/ 86 e definição de trabalhos para o ano da Constituinte.



### PERSPECTIVAS

## Identificando os aliados

Os constituintes são estes que estão aí, e agora?

Para Ailton Krenak, coordenador nacional da UNI, a partir de agora se começa um trabalho no sentido de identificação dos candidatos não-índios que conseguiram um mandato. Já desde o começo do ano a Coordenação Nacional da Campanha dos Direitos Indígenas na Constituinte vinha tomando o compromisso de candidatos pluripartidários quanto ao Programa Mínimo que a UNI está levando para a Assembleia Nacional Constituinte. De lá pra cá, explica Ailton, conseguiram o compromisso firmado de vários candidatos não-índios do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Rio de Janeiro, São Paulo, Mato Grosso, Bahia, quanto a juntar forças para a aprovação do Programa Mínimo.

A listagem dos eleitos tem por finalidade retomar esses compromissos e avançar para uma etapa de consolidação de uma frente ou bloco parlamentar que possa acompanhar os trabalhos em cada uma das comissões onde for discutida questão relevante para a população indígena.

A UNI tentará manter um lobby de articulação permanente com esses par-

lamentares individualmente, além de estabelecer um contato com as lideranças das bancadas para assegurar que toda vez que uma matéria for decidida, seja por voto de liderança ou pessoal, as propostas do movimento indígena sejam garantidas.

Nesse sentido, Krenak diz que a UNI já tem entendimentos com alguns partidos, sendo que o majoritário, o PMDB adotou o Programa Mínimo como parte de suas propostas para a Constituinte. Acredita ainda que se isso não garantir, por um lado, que cada representante do PMDB vote favorável ao Programa, permitirá ao menos cobrar junto à direção nacional do partido uma coerência quando nas votações por liderança.

“O PT, PDT e o PMDB seguirão votarão favorável às nossas propostas, o que não impede que a coordenação da campanha trabalhe no sentido de conseguir apoio de parlamentares de outros partidos”, completa o coordenador Ailton.

Para assegurar um acompanhamento quase que diário, bem como de informação e documentação aos parlamentares, a UNI estará trabalhando, a partir da instalação do Congresso Constituinte em Brasília,

com um escritório articulado à consultoria jurídica e constitucionais para cada um dos temas inscritos no Programa Mínimo além de manter um serviço de comunicação com as bases dos parlamentares com os quais se estará contando.

Ailton Krenak explica que “com essa articulação estamos visando, não remediar o fato de não termos representantes diretos na Constituinte, mas sim assegurar que o mesmo programa defendido pelos candidatos indígenas venha a ser firmado, inscrito na constituinte brasileira”.

A aparente dificuldade de tal tarefa não desanima o coordenador da UNI que acredita no fato de o movimento indígena ser talvez o que conta com o maior número de pessoas, técnicos em saúde, educação, assessores especiais que poderão se envolver com este trabalho. Acrescenta também que tem contagem razoável de aliados; em torno de cinco senadores e aproximadamente 60 deputados.

Conta ainda com o apoio de cerca de cinco senadores e aproximadamente 60 deputados, entre os quais, um forte aliado: o editor desse jornal, Antônio Carlos Moura, um dos dois deputados estaduais eleitos pelo PT-Goiás.

# ELEIÇÕES 86

## “Foi importante nossa participação”

Biraci Brasil, índio Yamanawa que se candidatou pelo PT, no Acre, ainda não fez uma análise mais detalhada sobre os motivos que fizeram com que dos 2.700 índios eleitores, 40% tenham votado em não-índios. Escolhido por mais de 80 lideranças indígenas, que representam mais de 12 nações daquela região, Biraci diz que previa pelo menos 500 votos dos indígenas acreditando que alcançaria um pouco mais de 300.



Biraci Brasil

Entretanto, ressaltou o abuso do poder econômico, pois, embora com bastante apoio em Rio Branco, nas regiões interiores até dinheiro foi distribuído aos chefes de algumas aldeias. “Houve distribuição de motos, sapatos, querosene, camisetas e dinheiro que chegava de dois a cinco mil cruzados. Na hora da votação, foi o dinheiro e as necessidades de imediato que decidiram a votação. Não houve jeito ao contrário, foi assim que funcionou”.

## “Na escolha, não houve liberdade”

Os investimentos feitos pelas empresas de mineração, que atuam no Alto Rio Negro (AM), para a campanha do PMDB, foi um dos fatores determinantes para a não eleição do índio Alvaro Sampaio, que se candidatou a deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores. Conforme ele, esses investimentos, aliados ao apoio da Missão Novas Tribos do Brasil, permitiu a inescrupulosa distribuição de gêneros alimentícios, vestuários e promessas para os índios da região.



Alvaro Tuksano

“São esmoias”, que segundo Alvaro, ainda causam efeitos entre os indígenas menos esclarecidos. Ali, onde o Projeto Calha Norte está sendo implantado, o Exército teve forte interferência no apoio ao PMDB. Alvaro admitiu a força do “lobby” formado pelas empresas, Conselho de Segurança Nacional e Novas Tribos, que con-

seguiu impedir a liberdade de escolha dos índios, entretanto, deixou evidente que o fato não significa que as pessoas que ali vivem, deixarão paralisadas suas possibilidades de questionamento sobre as formas de atuação política na região, as decisões e projetos criados para o Rio Negro. Ele acredita ainda, que houve sabotagem na apuração dos votos, uma vez que só em São Gabriel da Cachoeira haviam 3.800 eleitores, resultado que não correspondeu à computação.